

# Ministério Da Defesa: A Experiência Brasileira

SUED CASTRO LIMA

**Resumo:** Em 2015, o Ministério da Defesa brasileiro completa 16 anos, o que enseja uma análise sobre o papel que tem representado para o país, seja sob o aspecto político, seja pelo exercício de sua missão precípua, entendida como a promoção da defesa nacional, desenvolvendo um elenco de tarefas voltadas para a garantia de nossa soberania. O presente artigo pretende lançar um olhar crítico sobre os resultados da experiência.

**Palavras-chave:** Forças Armadas; Comissão Nacional da Verdade; Ministros da Defesa; Democracia.



## Ministry of Defence: the Brazilian experience

**Abstract:** In 2015, the Brazilian Ministry of Defence completed 16 years, providing the opportunity for an analysis of its role in the country. The present article looks critically at the results of this experience, whether from the political aspect or how it exercises its essential mission understood as the promotion of national defence by developing a list of tasks aimed to guarantee national sovereignty.

**Keywords:** Armed Forces; National Truth Commission; Defence Ministers; Democracy.

---

**SUED CASTRO LIMA**

Coronel-Aviador  
Reformado e pesquisador  
do Observatório das  
nacionalidades.

suedlima@uol.com.br

---

RECEBIDO EM 12 - 03 - 2015

---

APROVADO EM 21 - 05 - 2015

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo não tem a pretensão de ser um texto de rigor acadêmico, que cumpra todos os requisitos próprios de uma abordagem científica. Sua elaboração partiu da experiência do autor nos 35 anos vividos em diversos tipos de organizações militares, somada ao contínuo acompanhamento dos acontecimentos que vêm pautando os dezesseis anos de existência do Ministério da Defesa.

O envolvimento com a questão ganhou reforço no período de dezembro de 2012 a setembro de 2014 quando, na honrosa companhia dos professores João Roberto Martins Filho, da Universidade Federal de São Carlos, Samuel Alves Soares e Paulo Ribeiro Cunha, ambos da Universidade Estadual de São Paulo, passei a compor um grupo de trabalho destinado a assessorar a Comissão Nacional da Verdade (CNV) na análise crítica da história brasileira relacionada à repressão aos militares a partir do golpe civil-militar de 1964.

Em setembro de 2014, por ocasião do VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), em Brasília, fiz parte de uma mesa-redonda organizada com a finalidade de debater o tema “Para que servem os Ministérios da Defesa?”. A mesa, coordenada pelo professor Manuel Domingos Neto, foi programada para ser composta, ainda, pelo diplomata argentino Ernesto Justo Lopez, professor da Universidade Nacional de Quilmes, e pelo professor Roberto Amaral, do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, que não pôde comparecer. À ocasião, Roberto Amaral, presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), enfrentava os desdobramentos eleitorais decorrentes da morte, em acidente aeronáutico, do candidato do partido à Presidência da República, Eduardo Campos, ocorrida em 13 de agosto de 2014.

A base da intervenção do autor na referida mesa-redonda resultou no conteúdo deste artigo. Contudo, o que motiva a presente abordagem introdutória foi um inusitado episódio ocorrido em meio à exposição do tema, exatamente quando era tratada a questão da enorme dificuldade dos militares em aceitar o trabalho investigativo da CNV: um grupo de três senhores levantou-se, um deles vociferando contra a corrupção que assola o País, e retirou-se

batendo com estrépito a porta do auditório. Veio-se a saber logo em seguida que o primeiro a erguer-se era almirante-de-esquadra reformado, com presença acadêmica na Universidade Federal Fluminense. O coordenador da mesa, prof. Manuel Domingos, houve por bem lembrar a todos que ali se desenvolvia um evento acadêmico, onde fazia-se fundamental que a livre manifestação de ideias não fosse obstada por inaceitáveis manifestações de intolerâncias.

O evento teve continuidade sem que ocorressem novos incidentes, mas a exibição de grosseria deixou o ambiente de debate visivelmente ensombreado.

## **2 HISTÓRICO**

O Ministério da Defesa (MD) brasileiro foi criado em 10 de junho de 1999, na administração do presidente Fernando Henrique Cardoso, pela Lei Complementar nº 97, alterada em 25 de agosto de 2010 pela Lei Complementar nº 136, cuja principal disposição foi definir a inserção do Estado-Maior Conjunto na estrutura das Forças Armadas.

A implementação do órgão verificou-se na esteira de discussões de natureza política, sobre o papel dos militares no regime democrático, operacional, a partir da dificuldade real de as forças armadas brasileiras operarem eficientemente em conjunto, e administrativa, em função da multiplicidade nos organogramas de cada força de meios gerenciais incumbidos de tarefas similares.

Uma corrente de militares conservadores avaliava que a criação do Ministério da Defesa era medida de caráter revanchista, cuja motivação efetiva era a de afastar os militares do centro do poder. Desconsideravam, assim, o fato de ser o Brasil um dos raros países a não ter esse tipo de organismo em sua estrutura estatal.

O tema já se fizera presente, sem jamais prosperar, na constituição de 1946, que previa um único ministério para as Forças Armadas, mas que apenas redundou na instituição do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), extinto com o advento do MD.

### 3 DESEMPENHO POLÍTICO

Nos seus dezesseis anos de existência (1999 a 2015), a pasta foi ocupada por oito diferentes personalidades, o que indica a média de dois anos para cada ministro no exercício do cargo. Foram eles:

**Quadro 1** – Ministros da Defesa e períodos de ocupação do cargo.

	<b>Posse</b>	<b>Demissão</b>	<b>Duração</b>
1. Élcio Álvares	jun/1999	jan/2000	7 meses
2. Geraldo Magela da Cruz Quintão	jan/2000	jan/2003	36 meses
3. José Viegas Filho	jan/2003	nov/2004	22 meses
4. José Alencar	nov/2004	mar/2006	16 meses
5. Waldir Pires	mar/2006	jun/2007	15 meses
6. Nelson Jobim	jun/2007	ago/2011	50 meses
7. Celso Amorim	ago/2011	dez/2014	29 meses
8. Jaques Wagner	jan/2015	XX	XX

Algumas apreciações podem ser feitas a partir desse quadro:

Do total de oito ministros, tivemos quatro advogados (Élcio Álvares, Geraldo Magela, Waldir Pires e Nelson Jobim), dois diplomatas (José Viegas e Celso Amorim), um empresário (José Alencar) e um técnico petroquímico (Jaques Wagner).

Dos sete que até a presente data deixaram o ministério, quatro o fizeram no bojo de crises políticas (Élcio Álvares, José Viegas, Waldir Pires e Nelson Jobim).

Sobre Élcio Álvares e Geraldo Magela pesaram acusações de desvio ético: o primeiro acusado de corrupção e ligações com o crime organizado no Espírito Santo e o segundo por integrar a lista de autoridades processadas pelo Ministério Público Federal por uso indevido de aviões da FAB para transporte pessoal, além de ser autor de um controvertido parecer favorável à venda de ações da Embraer a um consórcio francês. José Viegas Filho perdeu embate contra a cúpula do Exército, em incidente que será tratado logo adiante.

A respeito de Waldir Pires, cabe bem a expressão que se refere ao bom homem no lugar errado. Quando uma crise de natureza técnica (acidentes aeronáuticos) desabou sobre sua administração, a reação de Pires foi bisonha e em alguns momentos constrangedora. Aventurou-se a dar explicações pela mídia sobre temas que visivelmente desconhecia e chegou a tratar um caso

de motim de militares controladores de voo, talvez uma das mais graves formas de crime militar, como uma negociação sindical.

José Alencar não escondia sua inapetência para o cargo. Desinteressado, cumpria os rituais peculiares à função, tratava de algumas questões políticas e deixava as tarefas mais próprias de direção geral entregues aos respectivos comandantes militares. No período em que exerceu o cargo, mereceu destaque apenas sua posição contrária à resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas destinada a conter a disseminação das armas nucleares. Alencar defendia que o Brasil desenvolvesse suas próprias bombas.

A presença de diplomatas no comando do ministério nunca foi bem vista por diversos oficiais, que nela identificavam uma incoerência clausewitzana, já que a clássica passagem da paz para a guerra exigiria outros atores e outras posturas (CLAUSEWITZ, 1996). Essa visão privilegia a ideia de que, por conta da própria formação, o profissional da diplomacia não seria o mais adequado para preparar forças armadas para a guerra.

Uma primeira conclusão a se tirar do que foi exposto até aqui é que o governo não tem sido feliz na escolha dos ministros da Defesa. Nenhum dos escolhidos dispunha do necessário conhecimento ou experiência sobre a atividade militar, quer por formação, quer por não terem se dedicado ao seu estudo antes de assumirem o cargo. Se careciam de embasamento teórico ou empírico para o trato de questões técnicas e operacionais, era de se esperar que lhes sobrassem competência política, que os habilitasse para o que talvez fosse sua principal tarefa, qual seja a de reverter a resistência corporativa da cúpula militar às transformações impostas pelo período de democracia vivido pelo país. Todavia, também aí o resultado tem sido lamentavelmente frustrante.

Os sucessivos ministros parecem fugir do confronto com o corporativismo militar, que já levou à anteriormente citada queda de José Viegas. Como se sabe, essa crise foi provocada pelo então comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, que, sem conhecimento do ministro, emitiu nota elogiosa às práticas adotadas durante o regime militar contra militantes de esquerda (COLLET; ROMERO, 2004; SADER, 2004). Na queda de braço que

se seguiu, Viegas sentiu-se desprestigiado pelo presidente Lula da Silva e pediu demissão, denunciando o que ele mesmo qualificou de “pensamento autoritário, ligado aos remanescentes da velha e anacrônica doutrina da segurança nacional, incompatível com a vigência plena da democracia e com o desenvolvimento do Brasil no Século XXI” (VIEGAS FILHO, 2004). Segundo ele, “já era hora de que os representantes desse pensamento ultrapassado saíssem de cena” (VIEGAS FILHO, 2004). A despeito da vontade do ministro, esses “remanescentes” não saíram na época em que ele foi demitido. No linguajar popular, o presidente Lula optou por tirar a escada do ministro, e o pensamento ultrapassado remanesce, robustecido pela complacência ou omissão do governo federal.

Celso Amorim, outro ministro vindo da diplomacia, enfrentou situação semelhante, que o levou a configurar-se como síntese da postura leniente de seus antecessores no cargo. Talvez o episódio mais marcante para demonstrar tal comportamento ocorreu no primeiro semestre de 2014. Em fevereiro desse ano, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão criado pela Presidente da República para investigar os crimes da ditadura, remeteu aos três comandos militares um minucioso requerimento de 115 páginas em que solicitava a instauração de sindicância destinada produzir esclarecimentos sobre o uso de instalações militares para a prática graves violações de direitos humanos. Durante quatro meses, Exército, Marinha e Aeronáutica mobilizaram seus oficiais para desincumbir-se da tarefa, resultando na produção de três inócuos relatórios totalizando 455 páginas que nada de substancial revelavam, nem apresentavam qualquer conclusão digna de crédito. Enfim, um profundo escárnio para com os membros da comissão e, não há como negar, para com a própria Presidente da República, responsável pela criação da Comissão.

O respeitado jornalista Jânio de Freitas, da Folha de São Paulo, deduziu:

Se os chefes militares consideram que nessas práticas não houve desvio de finalidade, está implícita a concepção de que tortura, assassinatos e desaparecimentos são uma finalidade do Exército, da Marinha e da Aeronáutica em suas instalações (FREITAS, 2014).

Amorim endossou a resposta dos comandos militares aos questionamentos da CNV sobre a prática de tortura e assassinatos em dependências de unidades militares. Em resposta, a CNV declarou que:

deplora e lamenta profundamente o entendimento exarado nos três relatórios [dos *comandantes* do Exército, Marinha e Aeronáutica] de que não há comprovação da ocorrência de tortura e outras graves violações de direitos humanos nas instalações militares investigadas (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

A declaração prossegue afirmando que:

o Estado brasileiro [...] já reconheceu sua responsabilidade por aquelas condutas criminosas de militares e policiais praticadas durante a ditadura, incorrendo inclusive no pagamento de indenizações por conta justamente de fatos agora surpreendentemente negados (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

Em recente artigo intitulado “Por que as Forças Armadas de hoje defendem a ditadura?”, para o site da revista Carta Capital, o ex-ministro Roberto Amaral avalia que “ao negar a tortura, nossa oficialidade permanece ligada ao seu pior passado e se revela despreparada para o papel que lhes reserva a democracia” (AMARAL, 2014).

Ainda focado sobre essa postura pusilânime do ministro, passo a me reportar à reveladora entrevista dada por Celso Amorim à jornalista Miriam Leitão, no canal pago de televisão Globonews, em 26 de junho de 2014.<sup>1</sup> No programa, a jornalista, ela mesma submetida a torturas no ano de 1972, em dependência do Exército – quartel do 38º Batalhão de Infantaria, em Vitória, no Espírito Santo –, se refere à perplexidade causada pelas declarações dos chefes militares de que não teria havido desvio de função no uso de instalações militares para tortura e assassinatos de prisioneiros. Estranhamente, o ministro Amorim alega que as respostas dos comandantes foram direcionadas a questões meramente adminis-

---

1 Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/globonews/globonews-miriam-leitao/v/veja-entrevista-exclusiva-com-o-ministro-da-defesa-celso-amorim/3458161/>>. Acesso em: julho de 2015.

trativas. Ou bem se duvide da capacidade perceptiva de Amorim ou bem se suspeite que outra razão determinou sua resposta.

Em outro ponto da entrevista, a jornalista pergunta se o ministro considera que em algum momento as Forças Armadas serão convencidas a pedir desculpas ao País pelos crimes cometidos na ditadura. O ministro tergiversa, lamentavelmente gagueja e diz acreditar que o relatório final da Comissão Nacional da Verdade obrigará os militares a quebrar o silêncio e reconhecer publicamente os crimes comprovados. Em seguida, alerta para o fato de que, talvez, as Forças Armadas de hoje não queiram pedir desculpas por um erro do passado que não foi cometido pelos militares que hoje as compõem, embora ele mesmo considere que pedir desculpas fosse bom para os militares.

Não somente a expectativa do ministro não se cumpriu como existe uma impropriedade grave em sua afirmação. Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 142, capítulo 2, as Forças Armadas “são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República” (BRASIL, 2004). Instituições permanentes, ainda mais quando ciosas de suas tradições, não mudam em essência ao sabor das gerações que as compõem quando se trata de matéria legal. São muitas as declarações de militares que não há distinção entre as Forças Armadas de hoje e as de 30 anos atrás. Consequentemente, apesar da leitura do ministro Amorim, sobre o ponto de vista constitucional e da visão da própria corporação, as Forças Armadas serão sempre as mesmas. Sob esse prisma, desvios da lei são crimes e como crimes devem ser tratados.

O ministro complementa sua visão ao afirmar, com convicção, que “os militares de hoje não são os militares de ontem”. Eis aí uma avaliação estranha e perigosa. Em que se baseia ele para acreditar nessa mudança de perfil dos militares? Há algum dado por ele conhecido que não transparece para a sociedade brasileira? Por acaso teria sido feita alguma pesquisa sobre o pensamento atual da caserna nos diversos níveis hierárquicos, indicando o que pensam os militares sobre democracia, direitos humanos, o período ditatorial e seus crimes?

Há razões relevantes para se duvidar de mudanças no ideário militar, o que irremediavelmente leva a se julgar temerário o prognóstico do ministro. Apresento a seguir as três que entendo serem as principais:

1ª) mesmo nos dias de hoje, são inúmeros oficiais gerais e superiores que, tão logo deixam o serviço ativo, vão engrossar as fileiras do reacionarismo no Clube Militar e nos diversos sites que enaltecem a ditadura e seus feitos, passando a frequentar abaixo-assinados contra medidas da presidência e de ministros.

O próprio Celso Amorim já experimentou essa reação em fevereiro de 2012, quando esboçou punir (ilegalmente, diga-se de passagem) oficiais inativos que assinaram um manifesto patrocinado pelos três clubes militares contra o veto do governo a um texto publicado no site do Clube Militar que criticava a presidente Dilma e duas ministras. Foram 1.360 oficiais, entre eles 126 generais a se manifestarem. Aparentemente Amorim esquecera que uma lei de 1986 autorizava militares da reserva ou reformados a opinarem livremente sobre assuntos políticos.<sup>2</sup> Restou-lhe o recuo.

Enfim, não é crível que todos esses generais e coronéis eram disciplinados democratas que somente assumiram “convicções reacionárias” ao deixar o serviço ativo;

2ª) a própria obstinação em se negar a cooperar com as investigações sobre os crimes da ditadura é denunciadora da pouca mudança em essência da mentalidade das corporações militares;

3ª) por fim, a resistência em reformular os sistemas de ensino militar, através da modificação dos currículos escolares. Essa

---

<sup>2</sup> A Lei nº 7.524, de 17 de julho de 1986, dispõe sobre a manifestação de pensamento e opinião do militar inativo. Seu art. 1º estabelece que, “respeitados os limites estabelecidos na lei civil, é facultado ao militar inativo, independentemente das disposições constantes dos Regulamentos Disciplinares das Forças Armadas, opinar livremente sobre assunto político, e externar pensamento e conceito ideológico, filosófico ou relativo à matéria pertinente ao interesse público”.

oposição se configura não somente nos diversos casos noticiados pela imprensa relativos aos livros de história adotados nos colégios militares. Em estudo publicado na revista da Resdal (Red de Seguridad e Defensa de América Latina), a professora Maria Celina D'Araujo, da PUC Rio, afirma que, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o golpe de 1964 ainda é tratado como “revolução democrática” e os feitos da ditadura são elogiados (D'ARAUJO, 2012, p. 90-91). Durante a pesquisa que realizou na própria Academia, Maria Celina tomou conhecimento que a direção do estabelecimento divulgava notícias de *sites* que enalteciam o golpe de 1964 e criticavam as indenizações determinadas pela Comissão de Anistia e a criação da Comissão da Verdade (D'ARAUJO, 2012).

A resistência a que se alterem os currículos de formação de militares se manifesta de outras formas. Nos últimos dias da gestão de Nelson Jobim no Ministério da Defesa, foi determinada pelo ministro a constituição de um grupo de trabalho que tinha o objetivo promover alterações curriculares nos cursos de formação de oficiais da Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras e Academia da Força Aérea.

O grupo de trabalho seria composto por militares e representantes de outros órgãos e entidades, inclusive especialistas brasileiros. A proposta foi mal recebida nos altos escalões militares. Em agosto de 2011, com a demissão de Jobim, a resistência corporativa às mudanças se configurou. O grupo de trabalho, que vinha atuando em baixo perfil, produziu um relatório final sem qualquer proposta de mudança. O processo foi arquivado e o assunto encerrado.

No meu tempo de cadete, a real história militar brasileira era escamoteada das salas de aula. Não tomávamos conhecimento então, como creio que também não seja informado hoje, do fato de ser o histórico das forças armadas pontuado por desrespeitos aos direitos humanos; que já no período republicano, em Canudos, em 1897, cerca de 25.000 pessoas foram massacradas, muitas pela degola, por tropas do Exército; que em pleno século XX tivemos a aplicação de castigos físicos em praças da Marinha, o que conduziu à Revolta da Chibata, em 1910; que nas décadas de 1930 e 40, tivemos a violenta repressão comandada pelo capitão Filinto

Müller aos comunistas, que redundou em diversos assassinatos; que no início da década de 1950, durante as lutas nacionalistas, enquanto fuzileiros navais e marinheiros eram espancados em unidades da Marinha, a Base Aérea de Natal se transformava em campo de concentração, onde dezenas de sargentos eram barbaramente torturados por oficiais. Em suas denúncias, publicadas nos dois volumes do livro Depoimentos Esclarecedores, de 1953, esses sargentos apontavam como autores das sevícias os maiores aviadores Roberto Hipólito da Costa e Souza Mendes, ambos promovidos ao posto de brigadeiro durante a ditadura. A impunidade faz com que essa gente se reproduza de tempos em tempos.

Voltando, ainda, à entrevista do ministro Amorim, em dado momento, a jornalista pergunta se ele, como ministro da Defesa, não é o comandante dos comandantes militares e não lhe caberia levá-los a adotar uma atitude que não seja a de tergiversar sobre uma questão tão fundamental como são os crimes da ditadura. O ministro responde que está se completando uma transição e aduz, parecendo ele mesmo duvidar do que diz: “Embora pareça brincadeira se dizer isso, porque a transição começou muito tempo atrás.” Ele explica, ainda, que em vez de dar uma ordem, prefere convencer, que é como age a diplomacia.

Entendo que revelam-se aqui duas incoerências: uma transição que não tem prazo para se concluir em nada se difere de uma condição permanente, imutável. Se estamos há 30 anos em uma transição que não se resolve, o fato claro é que não há transição. Em segundo lugar, cabem as indagações: a capacidade diplomática de convencimento do ministro, exercitada durante três anos, era inesgotável? E a paciência da sociedade brasileira, também deveria ser infindável, no aguardo do duradouro trabalho de convencimento do diplomata Amorim?

A questão lembra o aforismo bastante cultivado na caserna sobre o fato de que em determinada instituição manda quem pode e obedece quem é precavido. Aplicado ao estilo de Amorim conduzir seu trabalho, o aforismo pode levar à conclusão que o ministro não mandava exatamente porque não tinha poder para tal. E se isso for verdadeiro, é de se temer pela democracia brasileira.

Um acontecimento fortuito ilustra bem a postura política dos jovens oficiais que se graduam nos dias de hoje. Em 29 de novembro de 2014, formava-se nova turma de oficiais na AMAN. Um vídeo disponível na internet<sup>3</sup> registra a concentração de aspirantes em determinado local no interior do estabelecimento, não deixando claro se antes ou depois da solenidade militar. Eis que, conduzido por um oficial fardado, aproxima-se dos formandos o Deputado Federal Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército Brasileiro e polêmica figura de ponta do conservadorismo. Recebido por aplausos e aclamado como “líder”, o deputado fere as regras disciplinares e faz um pequeno comício político, de resto proibido em organização militar, quando anuncia sua intenção de candidatar-se à Presidência do Brasil e “se Deus quiser, tentar jogar para a direita este país”. Lembra que vai “correr o risco de ficar sem cargo eletivo, mas terá a satisfação do dever cumprido; que em 24 anos como político, tem apanhado muito, mas apanhado de bandidos, o que lhe dá orgulho e glória”.

Inevitável a questão: como identificar indícios de mudança em uma juventude que saúda com tanto entusiasmo um político de posturas antidemocráticas tão extremadas?

Em janeiro de 2015, Jaques Wagner assumiu o MD como seu oitavo ministro. Dias antes, ainda como governador da Bahia, ao receber o relatório parcial da Comissão Estadual da Verdade de seu Estado, declarou que a “revisão histórica” do período da ditadura militar deve ser feita em “movimentos suaves”, uma vez que “qualquer precipitação não contribui” para esse processo, e evitou se posicionar sobre a revisão da Lei da Anistia e a punição de pessoas envolvidas em crimes contra os direitos humanos, como a tortura. Afirmou, ainda, que a “água suja” da ditadura pode ser transformada de duas maneiras: jogando a água fora ou ir colocando água limpa aos poucos até que a água suja vá clareando (PITOMBO, 2014). É a continuidade da tese da transição permanente.

De quebra, na primeira quinzena de sua gestão, Jaques Wagner recebeu a visita do embaixador de Israel Reda Mansour, a quem

---

3 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=25Mb43JvCbM>. Acesso em: julho de 2015.

saldou declarando estar "feliz com a visita do embaixador de um país que é nosso parceiro estratégico".<sup>4</sup> Apenas seis meses antes, a chancelaria israelense havia classificado o Brasil de anão diplomático por ter o governo brasileiro condenado a escalada de violência de Israel na Faixa de Gaza. O incidente chegou a gerar a convocação para consultas do embaixador brasileiro em Tel Aviv.<sup>5</sup>

Aliás, a contradição comanda as relações entre o Brasil e Israel. Enquanto condena as ações dos hebreus na Palestina, o governo brasileiro alimenta sua indústria de armamento cuja principal peça de marketing é o desempenho contra os povos árabes. Enquanto a AEL Sistemas, subsidiária da israelense Elbit, foi contratada para fabricar sistemas de aviônicos<sup>6</sup> dos caças Gripen, recentemente adquiridos pela FAB, a ISDS, também israelense, qualificava-se para vender equipamentos a serem utilizados pelas forças públicas na segurança das Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. Ambas as indústrias compõem a lista de empresas boicotadas internacionalmente por serem fornecedoras de equipamentos utilizados nos seguidos massacres desfechados por Israel contra os palestinos e por possuírem instalações nos territórios palestinos ocupados por Israel.

Em junho de 2015, mais uma demonstração de vassalagem. O ministro da defesa designou um general do Alto Comando para representá-lo nas homenagens prestadas ao General Leônidas Pires por ocasião do seu funeral. Expoente da repressão política, Pires é citado como responsável por diversos crimes contra presos políticos pelo Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Como chefe do Estado-maior do I Exército, tinha sob sua subordinação o macabro Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) do Rio de Janeiro no auge do período de atrocidades cometidas contra prisioneiros da ditadura. No lugar de execração, homenagens.

---

4 <http://www.conib.org.br/noticias/2733/israel-nosso-parceiro-estrategico-diz-ministro-da-defesa-jaques-wagner>. Acesso em: julho de 2015.

5 <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2014/07/24/apos-criticas-israel-chama-brasil-de-anao-diplomatico-diz-jornal.htm>

6 Equipamentos eletrônicos que possibilitam controlar os diversos sistemas das aeronaves. Acesso em: julho de 2015.

#### 4 DESEMPENHO ADMINISTRATIVO

Quando da criação do MD, esperava-se que as Forças Armadas vissem a passar por um processo de redimensionamento administrativo, resultante da eliminação de diversas unidades de apoio encarregadas de tarefas afins. O item 15 das Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END) estabelecia a necessidade de

Rever, a partir de uma política de otimização do emprego de recursos humanos, a composição dos efetivos das três Forças, de modo a dimensioná-las para atender adequadamente ao disposto na Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008, p. 16).

São muitos os exemplos de atividades que se desenvolvem de forma paralela, desnecessariamente, nos três comandos militares. Citemos alguns.

Há quatro estabelecimentos de ensino dedicados a estudos de alto nível na área de Política e Estratégia. São eles a Escola Superior de Guerra (ESG), a Escola de Guerra Naval (EGN), a Escola de Estado Maior do Exército (ECEME) e a Escola de Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR). Um estudo feito pela profa. Maria José Machado de Almeida demonstrou que 54,9%, 62,9% e 74,3% dos assuntos ministrados nos cursos de política e estratégia respectivamente da Marinha, do Exército e da Aeronáutica estão contidos nos cursos da ESG (ALMEIDA, 1998, p. 17 *apud* LIMA, 2012, p. 214). Esses dados indicam que, com pequenos ajustes, somente um desses estabelecimentos seria capaz de desempenhar-se das tarefas dos outros três.

Essa situação de redundância de atribuições não se constitui em especificidade brasileira. A Espanha, mergulhada na ditadura franquista por 37 anos, viveu algo semelhante. Segundo a profa. Suzeley Kalil Mathias, da Universidade Estadual Paulista, as forças armadas espanholas dispunham de uma “multiplicidade escolas, provocando a dispersão de estudos e experiências, repetição de disciplinas e conteúdos, que provocavam um considerável desperdício econômico e humano” (MATHIAS, 2010, p. 126). Entre as profundas alterações determinadas pelo regime democrático que se instalou no país a partir de 1976, figura, a par de uma radical mudança no sistema de ensino, um drástico enxugamento no elevado número de estabelecimentos de ensino então existentes.

De volta ao caso brasileiro, um outro exemplo de desperdício está nos escritórios de compras mantidos pelos três comandos militares nos Estados Unidos e na Europa.<sup>7</sup> A Comissão Aeronáutica Brasileira, a Comissão Naval Brasileira e a Comissão do Exército Brasileiro ocupam prédios caros e são compostas por algumas centenas de funcionários civis e militares ocupados com tarefas que poderiam ser perfeitamente atribuídas a um pequeno grupo de servidores, lotados no próprio MD. Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo, de 28 de fevereiro de 2009, somente as Comissões Aeronáuticas em Washington e Londres somaram o gasto de US\$ 12,2 milhões no ano de 2008 apenas com o custeio das organizações.<sup>8</sup>

Condição semelhante se repete em áreas como administração de pessoal, saúde, logística e outras. Enfim, em que pese a diretriz da END acima referida, a criação do MD não significou qualquer enxugamento nos organogramas de cada força.

## **5 DESEMPENHO OPERACIONAL**

As Forças Armadas Brasileiras poucas vezes atuaram em operações conjuntas. Na única experiência de conflito real vivida pelo Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, Exército (Força Expedicionária Brasileira) e Aeronáutica (Primeiro Grupo de Caça) mal se falavam. Registrou-se apenas uma operação em que a FAB apoiou a tropa terrestre, em fevereiro de 1945, por ocasião da tomada do Monte Castelo, quando esquadrilhas brasileiras atacaram fortificações alemãs na localidade de Mazzancana.

Ao longo de décadas, cada força se posicionava de forma arreadia no que diz respeito à realização de treinamento de operações em conjunto, somente explicável através de um estranho interesse de cada força em preservar sua autonomia política e operacional. Exemplificando, em 1972, o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Roberto Faria Lima, vetou a participação da

---

7 Comissão Aeronáutica Brasileira, Comissão Naval Brasileira e Comissão do Exército Brasileiro.

8 <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,defesa-gasta-r-64-mi-com-representacoes-no-exterior,331389>. Acesso em: julho de 2015.

Força Aérea em exercícios do Exército no sul do país devido ao fato de a força terrestre ter feito o planejamento da operação sem a participação de oficiais da FAB. Outra evidência dessa surpreendente má vontade em trabalhar juntas foi a obstinação Marinha em dispor de sua própria aviação de combate, dispensando assim a operação da FAB em seu porta-aviões.

Na minha experiência como piloto de esquadrões de voo operacionais, foram raras as oportunidades de atuar em manobras conjuntas com o Exército. Via de regra, eram operações eivadas de falhas bisonhas, que deixavam adivinhar o caos que se formaria em ações de combate real.

Ainda hoje, o maior exercício operacional da FAB é a CRUZEX, que ocorre a cada ano. Muitas vezes contando com a participação de forças aéreas de países amigos, a presença de unidades do Exército ou Marinha é nula ou, quando muito, mínima.

Assim, soou insólito o artigo publicado no jornal Estadão, em 23 de setembro de 2013, assinado pelo chefe do EMCFA, General José Carlos de Nardi, que aponta como dados da capacidade operacional das Forças Armadas para operações conjuntas os contingentes brasileiros que atuam em missões de paz da ONU, as ações de combate ao narcotráfico em regiões fronteiriças, de segurança pública em grandes eventos esportivos e religiosos e na defesa civil. Ufanou-se, declarando no encerramento:

Neste momento especial, em que as reflexões nos vêm à mente, concluímos que, integrados, Marinha, Exército, Força Aérea e EMCFA somos insuperáveis no cumprimento das nossas missões constitucionais. Com toda a certeza estaremos num esforço contínuo e interminável para que possamos levar cada vez mais alto a Bandeira do nosso querido Brasil (NARDI, 2013).

Mesmo para um leigo, não é difícil constatar que o entusiasmo do General Nardi é despropositado. Atividades eminentemente policiais de segurança pública e de combate ao tráfico de entorpecentes estão distantes da missão precípua das Forças Armadas, qual seja a de cuidar da defesa da Pátria. São muitos os estudiosos do tema que identificam nas missões enaltecidas pelo general um desvirtuamento perigoso da função dos militares.

A avaliação pode ser identificada nos próprios quadros militares. Em trabalho acadêmico publicado na Revista Científica da Escola de Estado Maior do Exército (PADECEME), tratando da crise na segurança pública brasileira, o Coronel George Luiz Coelho Cortês alerta que

em virtude do quadro inquietante, esporadicamente cogita-se o emprego das FA como se elas fossem instrumento de segurança pública. Apelar para isso é deturpar a destinação constitucional das FA e os preceitos de responsabilidades atribuídas aos Órgãos de Segurança Pública (OSP) (CORTÊS, 2008, p. 28).

## 5 CONCLUSÃO

O que se pode depreender do quadro aqui apresentado é que o governo brasileiro vem encontrando dificuldades para implementar um Ministério da Defesa capacitado a desenvolver com inteireza suas tarefas institucionais.

O tema é tratado no governo com extremo cuidado, aparentemente para evitar desgastes no processo de manutenção da autonomia que os comandos militares desejam preservar. É como se houvesse um acordo tácito: os políticos não se envolvem nos temas sensíveis para a caserna e os comandos mantêm sob controle os “bolsões sinceros, mas radicais”.

Cabe aqui um exercício comparativo com outro país sul-americano que também viveu a experiência de uma ditadura sanguinária. No mesmo período de 16 anos, Brasil e Argentina igualaram-se no número de ministros de defesa: oito. Entre os argentinos houve uma mulher, a advogada e deputada de esquerda Nilda Garré que, ao que parece, não tinha receio de exercitar o mando. Nos 55 meses em que esteve à frente do Ministério da Defesa, entre 2005 e 2010, Garré trabalhou para remover as bases de sustentação institucionais das corporações militares, cuidando simultaneamente de modificar seu ranço ideológico, colocando os direitos humanos como valor supremo e atacando a questão cultural através de profundas modificações no processo de formação militar. Comprovando que é possível avançar nessa questão quando há vontade e coragem, Garré avançou decididamente sobre a

autonomia militar no manejo das Forças Armadas, impondo-lhes o poder civil.

Enfim, o governo brasileiro segue seus passos errantes sobre a questão, e nisso vai perdendo oportunidades e deixando desvios se cristalizarem, sem que se saiba que danos esse comportamento passivo acarretará no futuro para a nossa democracia e para o próprio sistema de defesa do país. Resta como letra morta uma das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, END, que lembra: “A subordinação das Forças Armadas ao poder político constitucional é pressuposto do regime republicano e garantia da integridade da Nação”.<sup>9</sup>

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia nacional de defesa 2008**. Brasília, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2004.

AMARAL, R. Por que as Forças Armadas de hoje defendem a ditadura?. **Carta Capital**, 15 jul. 2014. Política. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-as-forcas-armadas-de-hoje-defendem-a-ditadura-871.html>>.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COLLET, T.; ROMERO, C. Viegas deixa a Defesa e Lula nomeia José Alencar para o cargo. Valor Econômico, 05 nov. 2004. Política, p. A-8. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/455199/noticia.htm?sequence=1>>.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Nota à imprensa** – relatórios das Forças Armadas e documentos do governo dos EUA. Brasília, 02 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/499-recebimento-de-relatorios-das-forcas-armadas-e-documentos-do-governo-dos-eua>>.

---

<sup>9</sup> Disposição do item 7, da Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

CORTÊS, G. L. C. As Forças Armadas e a segurança pública. **PADECEME**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 25-32, 1 quadrimestre 2008.

D'ARAUJO, Maria Celina. Ensino militar no Brasil e interfaces com a sociedade. In: KLEPAK, Hal. **Formación y educación militar: los futuros oficiales y la democracia**. Buenos Aires: RESDAL, 2012.

DEPOIMENTOS esclarecedores sobre os processos dos militares. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953. v. I e II.

FREITAS, J. de. O que dizem as palavras. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 jun. 2014.

LIMA, S. A formação de oficiais das Forças Armadas brasileiras. *Tensões Mundiais*, v. 8, n. 14, p. 199-215, 2012.

NARDI, J. C. de. O EMCFA e as Forças Armadas. Estadão, São Paulo, 23 set. 2013. Opinião. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-emcfa-e-as-forcas-armadas-imp-,1077723>>.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Sistemas de enseñanza militar y educación para la defensa en iberoamérica**. Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado – UNED, 2010.

PITOMBO, J. P. Novo ministro defende 'movimentos suaves' na revisão da ditadura militar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 dez. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1568292-novo-ministro-defende-movimentos-suaves-na-revisao-da-ditadura-militar.shtml>>.

SADER, Emir. A nota do exército: uma apologia à ditadura do terror. Carta Maior, São Paulo, 19 out. 2004. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-NOTA-DO-EXERCITO-BR-Uma-apologia-a-ditadura-do-terror/18967>>.

VIEGAS FILHO, J. **Carta de demissão**. Brasília, 22 out. 2004.